

Despesas inviabilizam estabilidade

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

As despesas correntes do setor público brasileiro são 25% superiores à média internacional e, a continuar neste ritmo, devem dobrar nos próximos 20 anos. Entre 1995 e 2004, os gastos dos três níveis de governo aumentaram 5,6% por ano em termos reais, atingindo 20,72% do Produto Interno Bruto (PIB), um nível muito alto. Se nada for feito para conter essa expansão e a economia crescer no ritmo dos últimos 10 anos, a carga tributária terá que subir dos cerca de 38% do PIB atuais para 54% até 2026. Esse cenário trágico emergiu de um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido da Federação de Comércio de São Paulo (Fecomércio), divulgado ontem.

De acordo com os economistas que elaboraram o estudo "Simplificando o Brasil", o volume de impostos no país deriva diretamente da elevação dos gastos públicos e só será reduzido com um corte decisivo nas despesas. Depois viria uma reforma tributária para simplificar a estrutura da cobrança de impostos no país e diminuir as alíquotas.

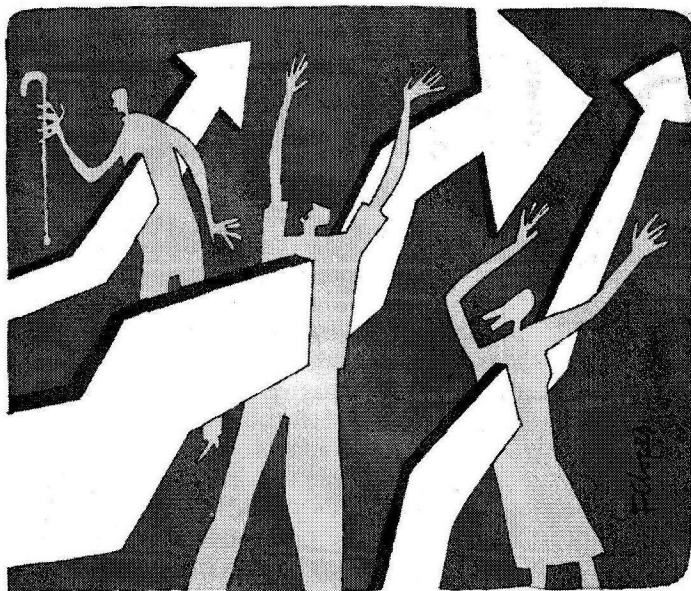
"Do jeito que as coisas estão, o país não consegue crescer mais do que 2% ou 3%, claramente bem abaixo das nossas potencialida-

des", disse a coordenadora do estudo, a economista Maria Helena Zockun. Para ela, a estrutura brasileira de cobrança de impostos é concentradora de renda e atrapalha a produção e o consumo.

O estudo recomenda que o governo congele o gasto por habitante. Hoje as despesas crescem num ritmo maior do que a população. De acordo com a recomendação, pelo menos até o ano de 2050, elas só poderiam acompanhar a evolução da população brasileira, descontada a inflação.

Os economistas sugerem, ainda, a fixação do limite de endividamento da União, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e nunca implementado. A receita passa por corte gradual de despesas, demissão de servidores públicos, diminuição de salários, redução de órgãos públicos e ampliação dos leilões eletrônicos nas compras governamentais.

A reforma tributária substituiria ICMS, IPI, ISS, Pis-Pasep, Cofins e Simples por um único imposto sobre o consumo, que incidiria sobre o valor agregado em cada empresa com uma alíquota única de 12%. Investimentos e exportações seriam isentos. Toda a tributação sobre a renda (IR dos trabalhadores, das empresas, CSLL e contribuições previdenciárias) seria trocada por um único tributo com alíquota única de 17%.



PROPOSTAS PARA CRESCER

- ✔ Fixar limite de endividamento para o governo federal. Hoje só existem limites para estados e municípios
- ✔ Reduzir as vinculações de receita
- ✔ Reduzir o número de ministérios, de órgãos públicos e de secretarias e fazer corte de pessoal por insuficiência de desempenho ou excesso de contingente
- ✔ Eliminar a cláusula de quota mínima do sistema atual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- ✔ Adequar a folha de pagamentos do funcionalismo público aos padrões de mercado e reduzir o elevado absenteísmo no serviço público
- ✔ Ampliar a cobertura das compras governamentais por meio de leilões eletrônicos
- ✔ Implementar cortes graduais nos gastos públicos e melhorar a gestão dos recursos disponíveis
- ✔ A Desvinculação de Recursos da União (DRU), que atinge 20% das receitas do governo federal, deve ser ampliada para 40% para reduzir a rigidez orçamentária
- ✔ Flexibilizar os limites mínimos para gastos com educação e saúde

Fonte: "Simplificando o Brasil", da Fipe